

Ideias educacionais para adiar o fim do mundo

Fabiana de Cássia Rodrigues¹

Henrique Tahan Novaes²

Zuleica M. Vicente³

Aline M. Miglioli⁴

Fabio S. M. Castro⁵

19

Resumo

Este texto faz referência ao livro de Ailton Krenak (2019), *Ideias para adiar o fim do mundo*. A obra traz uma esperança presente na possibilidade de "adiamento". Estender o tempo, postergar o fim do mundo, nos permitiria vislumbrar a construção de relações sociais para além do capital. As ideias educacionais destacadas neste texto têm em comum o princípio de inserir educadores e educandos nas rédeas do processo pedagógico, indagando e definindo suas finalidades, agindo, desse modo, conscientemente em nome de objetivos coletivos. Pensamos que somente por um caminho em que sejamos genuinamente construtores da realidade há possibilidade de adiar o fim do mundo. E assim, lutar para que, quiçá, seja este apenas o fim do mundo regido pelo capital e, não, o da espécie humana.

Palavras-chaves: Fim do Mundo, educação emancipadora, alternativas para além do capital, trabalho docente, Estado Capitalista.

¹ Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP. | fabicrod@unicamp.br

² Coordenador do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP - Marília. | hetanov@gmail.com

³ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestra em Educação (UNICAMP), professora da Rede Estadual de Educação de São Paulo. | zig_zu@hotmail.com

⁴ Formada em Ciências Econômicas pela UNICAMP (2013), mestra pela UNESP (2016) e doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP com a tese "O papel da moradia na transição ao socialismo em Cuba". Estuda principalmente a produção da moradia, urbanismo e Cuba. | alinemiglioli@gmail.com

⁵ Doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC, pesquisador do IBEC. | fabio.castro@ufabc.edu.br



Resumen

Este artículo hace referencia al libro de Ailton Krenak (2019), Ideas para posponer el fin del mundo. La obra trae una esperanza presente en la posibilidad de “aplazamiento”. Prolongar el tiempo, posponer el fin del mundo, permitiría vislumbrar la construcción de relaciones sociales más allá del capital. Las ideas educativas destacadas en este texto tienen en común el principio de insertar a educadores y educandos en las riendas del proceso pedagógico, indagando y definiendo sus fines, actuando así conscientemente en pro de objetivos colectivos. Pensamos que sólo a través de un camino en el que seamos genuinamente constructores de realidad existe la posibilidad de postergar el fin del mundo. Y así, luchar para que, quizás, este sea solo el fin del mundo gobernado por el capital y no el fin de la especie humana.

Palabras clave: Fin del Mundo, educación emancipadora, alternativas más allá del capital, trabajo docente, Estado Capitalista.

Abstract

This paper refers to the book by Ailton Krenak (2019), Ideas to postpone the end of the world. The work brings a present hope in the possibility of “postponement”. Extending time, postponing the end of the world, would allow us to envision the construction of social relations beyond capital. The educational ideas highlighted in this text have in common the principle of inserting educators and students in the reins of the pedagogical process, inquiring and defining their purposes, thus acting consciously on behalf of collective objectives. We think that only through a path in which we are genuinely builders of reality is there a possibility of postponing the end of the world. And so, fight so that, perhaps, this is just the end of the world ruled by capital and not the end of the human species.

Keywords: End of the World, emancipatory education, alternatives beyond capital, teaching work, Capitalist State.

Introdução

Este texto faz referência ao livro de Ailton Krenak (2019), ‘Ideias para adiar o fim do mundo’. Escrita por um intelectual indígena engajado em denunciar o massacre sistemático a que os povos indígenas têm sido submetidos ao longo dos últimos séculos, a obra traz também uma esperança presente na possibilidade de “adiamento”. Poderíamos indagar se diante da crise terminal do capital, com expressões bélicas e ultra-destrutivas - como na guerra entre Rússia e Ucrânia - seria possível adiar o fim do mundo. De todo modo, estender o tempo, postergar o fim do mundo, nos permitiria vislumbrar a construção de relações sociais para além do capital.



Subjaz à reflexão de Krenak (2019) a ideia de que os povos indígenas têm convivido e resistido ao fim do mundo há cinco séculos. Sendo assim, o que suas lutas têm a nos ensinar? Como esses povos têm educado gerações para manter suas culturas e resistir à ganância dos brancos?

Eliane Brum, no recém-lançado *Banzeiro Ôkôtô*, trata do tema dos massacres, da violência, do estupro, do extermínio de povos indígenas que têm presidido as atividades econômicas exploratórias na Amazônia com ainda maior intensidade nos últimos anos. Contudo, a autora não se detém na superfície dos problemas, no simples anúncio ou descrição da destruição sistemática. A jornalista mergulha nas contradições menos aparentes aos observadores apressados, quando trata da resistência dos indígenas, dos beradeiros e, em particular, das mulheres que compõem esses grupos. Assim, atribui à Amazônia o lugar de centro do mundo, para onde toda espécie humana deveria estar dirigindo esforços de preservação da floresta em nome das diversas espécies que habitam o planeta.

Um dos fios que percorre a escrita de Brum é a persistente questão agrária brasileira, fundamento do subdesenvolvimento, essa modalidade de desenvolvimento que cria e recria desigualdades, além da miséria, como contrafaces da produção de riquezas. A maneira como a terra foi desde sempre apropriada e explorada extensiva e concentradamente nas mãos de poucos está na base das abissais desigualdades sociais e de toda sorte de violência contra os povos indígenas, quilombolas, camponeses.

Enredo do problema

O século XX presenciou os fatos desta dinâmica destrutiva. A política agrária da ditadura anunciou que a Amazônia era território vazio e que era preciso ocupá-la. A difusão desta visão equivocada gerou inúmeros conflitos agrários envolvendo povos indígenas, posseiros e grandes empresas colonizadoras no Norte do país. O problema de fundo era o avanço exploratório sobre essas terras, derrubando árvores, expropriando camponeses e expulsando indígenas de seus territórios (RODRIGUES, 2020). Tal política não foi interrompida em nenhum momento nas últimas décadas, tendo se agravado enormemente sob o governo Bolsonaro.

No entanto, como afirma Brum (2021), vigoram não apenas as forças de destruição, há também as forças de resistência:



A Amazônia é hoje a fronteira onde é travado o embate contemporâneo entre as forças de destruição (representadas pelas elites extrativistas, econômicas, políticas e também intelectuais; pelos religiosos e suas igrejas, evangélicas neopentecostais na liderança; pelas grandes corporações transnacionais e pelos bilionários e super milionários ligados a elas) e as forças de resistência encarnadas pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais da floresta, como quilombolas e beiradeiros” (BRUM, 2021, p. 67).

Houve e há resistência, mesmo com toda sorte de brutalidade em nome da extração de riquezas naturais, numa formação social dependente e subalterna aos interesses imperialistas. Existem, portanto, forças que buscam anular e frear os ataques, no momento em que chegamos a uma emergência climática e num ponto de destruição da floresta próximo ao do não retorno.

Os estudiosos da emergência climática têm, reiteradamente, mostrado que é preciso agir já para evitar a dilapidação das condições de existência humana. A sanha da acumulação de capital precisa ser contida, pois, este modo de produção não nos possibilita idear o futuro. Segundo o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, os povos indígenas podem nos ensinar a viver num mundo que foi invadido, saqueado, devastado pelos homens, já que eles já viveram o fim do mundo em 1500 (CASTRO, 2014). Desde então, persistem vivendo, apesar de serem tidos como povos a serem exterminados, basta verificar o ato do presidente da república brasileiro que vetou o fornecimento de água potável aos indígenas em meio à pandemia de Covid-19 (El País, 2022).

Os povos da floresta defendem sua morada, porque não se vêem apartados dela, eles são a floresta, segundo Brum (2021). O respeito à floresta, às outras espécies e aos outros seres humanos é uma experiência comum a muitos povos indígenas. O discurso de Ailton Krenak, em 04 de setembro de 1987, na Assembleia Nacional Constituinte reforça essa ideia e nos faz lembrar que esses povos cultivam e mantêm as florestas em pé:

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para manifestação de sua expressão, da sua vida, da sua cultura que não coloca em risco, nem nunca colocaram, a existência sequer da vida dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos (KRENAK, 1987).



Seguramente os brancos têm muito a aprender com os povos indígenas. Quando Ailton Krenak afirma que o jeito de viver e de pensar desses povos não destroem outros seres humanos, nem outras espécies de seres vivos, podemos abstrair que estas não são formas de vida submetidas ao mercado, à acumulação de capital. As maneiras de existir desses povos deveriam ser referências para se pensar um mundo em que não prevaleça a violência, o trabalho super explorado e alienado. Assim como, o respeito à cultura e aos idiomas desses povos teria que ser um dos pontos centrais da pauta educacional.

Numa passagem dos Cadernos de Paris, de 1843, Karl Marx faz uma reflexão inspiradora:

Suponhamos que produzíssemos como seres humanos - cada um de nós haveria se afirmado duplamente na sua produção: a si mesmo e ao outro. [...] Nossas produções seriam como que tantos espelhos que irradiariam nossa essência em nós. Nesta reciprocidade o que seria realizado de minha parte sê-lo-ia também da tua parte. (MARX, 2015, p. 221/222)

O trabalho, nesses termos, se insere no horizonte da emancipação humana, logo, da libertação com relação às peias da propriedade privada, do trabalho sob o regime da exploração e dos desígnios da acumulação capitalista.

Na leitura de István Mészáros (2004), a transcendência do trabalho alienado é o tema mais urgente neste novo milênio. O filósofo defende a necessidade de universalização do trabalho enquanto atividade vital do ser humano. Certamente, quando Mészáros se refere à universalização do trabalho, quer nos dizer que todos devemos trabalhar, desde que seja um trabalho não explorado, que nos enriqueça enquanto ser humano por ser uma atividade cheia de sentido e não embrutecedora ou degradante de si e dos outros ao redor. Poderíamos acrescentar, desde que também não fosse uma atividade que destrói o meio ambiente e inviabiliza o futuro da vida humana.

Tanto é preciso olhar e buscar inspirações em povos que, apesar de estarem constantemente sob ameaça, não estão submetidos à acumulação de capital e permanecem resistindo, quanto acompanhar experiências que constituem práticas de combate ao trabalho alienado e o subvertem no interior do modo de produção capitalista.



Algumas ideias

24

O mundo do trabalho associado tem trazido contribuições importantes por meio das fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina, das experiências de cooperação e de cooperativismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos mutirões e cooperativas de trabalho dos Sem Teto. (NOVAES, 2020). Acreditamos que, em alguma medida, tais experiências demonstram a possibilidade e a urgente necessidade de alteração do sentido do trabalho. São formas de trabalho que embrionariamente o alteram e possuem potencial emancipatório.

No mesmo contexto de avanço do mundo do trabalho associado, surgiram na América Latina diversas experiências de educação para além do capital. Nas próprias fábricas recuperadas, além da auto educação no trabalho, foram criadas escolas que alteram o conteúdo e a forma escolar.

Em lutas por soberania e segurança alimentar, contra a produção destrutiva, observamos a criação das escolas de agroecologia do MST. Elas fazem uma crítica ao uso e posse da terra, à chamada “revolução verde” e, ao mesmo tempo, teorizam e praticam a agroecologia. As escolas de agroecologia compõem uma série de estratégias que postergam o fim do mundo e abrem novas perspectivas para além do capital. Além de colocarem a questão ambiental no cerne das práticas pedagógicas, também contrariam a lógica individual ao inserirem uma dinâmica coletiva na organização da vida escolar e do assentamento, através de núcleos, comissões, assembleias que questionam a tecnocracia escolar-estatal e praticam a autogestão escolar.

As Universidades Populares, pela sua enorme capacidade de crítica ao modo de produção capitalista, vêm cultivando ideias que apontam aberturas para perspectivas de futuro. Elas conseguem combinar uma percepção crítica da realidade com formas de organização anti tecnocráticas, que dificilmente podem ser alcançadas pelas universidades estatais, em que viceja o pensamento conservador. A Escola Nacional Florestan Fernandes do MST e a Universidade Intercultural de Nacionalidades e Povos, localizada no Equador, são centelhas nesse âmbito.

Tais experiências, por si só, não conseguirão frear o avanço destrutivo do capital e sua incessante força para tentar mercantilizar todas as dimensões da vida, mas elas são farol de práticas educacionais que subvertem as relações sociais sob o capital.



Estado, trabalho e educação

Mészáros (2002) defende a superação do Estado capitalista por formas de controle social em que a educação para além do capital ganhe papel de destaque. A luta pela educação emancipatória, nos dias de hoje, exige da classe trabalhadora atingida pelo capital a retomada das rédeas educacionais, dentro de enfrentamentos mais amplos pelo controle social da produção e da reprodução da vida.

Num país de capitalismo dependente, premido pela tragédia do subdesenvolvimento, as bandeiras clássicas da democratização da escola permanecem atuais: da gratuidade da educação, da gestão democrática do sistema educacional, do uso dos fundos públicos exclusivamente dirigidos à educação pública, de melhores condições de trabalho para os educadores.

Adicionalmente, se faz importante definir a descolonização cultural como princípio orientador dos rumos educacionais; tanto para embasar a pesquisa científica produzida de maneira autônoma e articulada aos anseios do conjunto da população brasileira, quanto para servir como matriz de uma política educacional que considere as especificidades regionais e culturais de um país de dimensões continentais como o Brasil. Em outras palavras, o conhecimento, a preservação e a difusão das culturas indígenas por meio das escolas, assim como o resgate e enaltecimento de nossas raízes africanas precisam compor os eixos daquilo que se ensina às novas gerações.

Nada mais nada menos do que colocar na ordem do dia o sentido da educação pública e a necessidade de convertê-la em educação para além do capital, como parte de uma estratégia radical e abrangente de construção de uma sociedade para além do capital. Mészáros (2002; 2004) é enfático a esse respeito, deve haver alterações concomitantes no mundo da educação e no mundo do trabalho, obviamente tendo em vista a alteração radical do sentido do trabalho.

Marx (2012) afirmou que o financiamento da educação deve ser público, mas que o Estado não pode educar o povo. Podemos dizer, então, que o controle do que ensinar, como ensinar, como avaliar deve estar nas mãos da classe trabalhadora e bem distante das mãos do capital e suas personificações que habitam os ministérios, secretarias da educação e, mais recentemente, fundações, institutos e Organizações não Governamentais.

Como parte da luta pela desmercantilização completa da educação, a conversão do trabalho assalariado docente em trabalho associado será um dos maiores desafios. E, ao mesmo tempo, a completa erradicação da



educação enquanto mercadoria rentável também deverá fazer parte das nossas lutas.

A difusão de escolas próprias e até mesmo a criação de sistemas próprios de educação para além do capital pelos movimentos sociais também deve ser lembrada, como parte da transição para outro modo de produção e reprodução da vida.

Considerações Finais

26

Mais do que nunca é preciso seguir desenvolvendo experiências educacionais que confrontem a dinâmica destrutiva do capital fundamentada no individualismo, no aniquilamento do meio ambiente e na produção de miséria. A emergência climática sinaliza que é preciso parar já a ocupação dilapidadora da Amazônia. A questão agrária brasileira se coloca na ordem do dia, a guerra por terras quer acabar com formas de vida que representam justamente a possibilidade de futuro para a espécie humana. Curiosamente, o futuro está no avesso daquilo que se denominou progresso e civilização.

As ideias educacionais que brevemente destacamos neste texto têm em comum o princípio de inserir educadores e educandos nas rédeas do processo pedagógico, indagando e definindo suas finalidades, agindo, desse modo, conscientemente em nome de objetivos coletivos. Pensamos que somente por um caminho em que sejamos genuinamente construtores da realidade há possibilidade de adiar o fim do mundo. E assim, lutar para que, quiçá, seja este apenas o fim do mundo regido pelo capital e, não, o da espécie humana.

Referências

- BRUM, E. **Banheiro Òkòtó**. Uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CASTRO, E. V. Do Antropoceno à Idade da Terra, de Dilma Rousseff a Marina Silva, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e a filósofa Déborah Danowski pensam o planeta e o Brasil a partir da degradação da vida causada pela mudança climática. In: BRUM, E. **Diálogos sobre o fim do mundo**. Brasil: El País, 2014. Disponível em: [Diálogos sobre o fim do mundo | Opinião | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#). Acesso em jun. 2022.



- El País, **Bolsonaro veta obrigação do Governo de garantir acesso à água potável e leitos a indígenas na pandemia.** Disponível em: [Bolsonaro veta obrigação do Governo de garantir acesso à água potável e leitos a indígenas na pandemia | Atualidade | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)
Acesso em jun. 2022.
- KRENAK, A. **Discurso na constituinte.** 1987. Disponível em: [Ailton Krenak - Discurso na Assembleia Constituinte - YouTube](#) Acesso em jun. 2022.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos.** 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- NOVAES, H. T. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina.** 2a ed. Marília: Lutas anticapital, 2020.
- RODRIGUES, F. C. **MST: Formação política e reforma agrária nos anos de 1980.** Marília: Lutas Anticapital, 2020.

junho de 2022.

